

O3SDI-880909TsMI

COMO AUMENTAR O PAPEL DOS JURADOS DO POVO NO TRIBUNAL

A maioria dos juizes e jurados populares entrevistados pela correspondente da Novosti Julietta Amirkhanian em Erevan, capital da Arménia, considera que a democratização do sistema judiciário, importante tarefa da futura reforma dos tribunais na União Soviética, implica o aumento do papel dos jurados populares, que representam a opinião pública no processo judicial.

Nessa cidade, como em todas as localidades soviéticas, o processo é orientado por um juiz profissional, assistido por dois jurados do povo. De acordo com a lei, os jurados podem rejeitar o veredicto sugerido pelo juiz e decidir a questão por maioria de votos. Mas essa situação nunca aconteceu no tribunal de bairro em que fiz as entrevistas. A juiz Janna Stepanian contou-me que teve um caso desses há alguns anos, no tribunal de outro bairro. Os jurados contestaram a sentença por ela decidida (prisão) e insistiram que o réu - um jovem acusado de roubo - fosse enviado para trabalhos de correcção sem ficar detido. Stepanian acrescentou, com algum orgulho, que conseguiu "insistir" e fazer "impôr" a sua opinião com a ajuda do comité de bairro do Partido.

Hoje, graças à "glasnost", ficámos a conhecer tantos factos negativos sobre o funcionamento do sistema judiciário que já ninguém estranha o comportamento da juiz Stepanian.

Na opinião de Iuri Rachidian, de 45 anos, também juiz, a situação não se deveu às "más intenções ou crueldade" dos juizes, mas ao facto de o sistema judiciário soviético ser excessivamente regulamentado. Os objectivos errados colocados ao tribunal penal são reforçados com decretos especiais. A luta contra a delinquência é considerada a tarefa principal do tribunal, a quem compete estabelecer a verdade objectiva em cada caso concreto e decidir da culpabilidade do réu e do seu futuro. Ninguém leva em consideração a taxa de delinquência especificamente em cada bairro ou cidade.

Existe também o índice de estabilidade da sentença. Os jurados do povo pedem normalmente penas menos rígidas que as impostas ao juiz pelo seu "dever de officio". Embora, no meu íntimo, possa estar de acordo com eles, não sou livre ao tomar uma decisão. Há pouco tempo examinámos o caso duma mulher acusada de homicídio. Levada ao desespero, bateu no seu homem com um objecto pesado e chamou logo a ambulância. Os médicos não conseguiram salvar o marido. As circunstâncias do caso - homem adúltero, espancamentos e escárnios permanentes, três filhos e uma sogra velha e doente - , assim como a personalidade da réu e as minhas impressões pessoais, deviam levar a uma absolvição. Mas eu sabia perfeitamente que as instâncias superiores aboliriam tal sentença, pois a absolvição num caso de assassinio é algo inédito na nossa prática judicial.

E os jurados?

- Também pensávamos que a réu devia ser absolvida - reconhece o engenheiro Varujan Stepanian, jurado do processo. Mas esse veredicto seria, de qualquer maneira, anulado. O segundo jurado - a economista Sonia Karapetian - acrescenta que "a autoridade profissional do juiz impede-nos de protestar contra as suas sugestões. Aceitamo-la, embora em muitos casos não corresponda à nossa opinião.

O juiz Iuri Rachidian pensa que, para emendar a situação, é preciso aumentar substancialmente o papel dos jurados do povo. Muitos juizes formados pelo sistema judicial burocrático opõem-se a essa proposta, mas é impossível democratizar os tribunais

sem alargar os poderes dos jurados.

Sou a favor de medidas enérgicas, é necessário um tribunal de jurados - disse a concluir Rachidian. Fui informado de que já existe um projecto de criação desse tribunal. Poderíamos já aumentar o número de jurados nos processos especialmente complicados. O mais importante, porém, é a independência dos jurados na tomada das decisões relacionadas com a culpabilidade do réu, o que também contribuirá para acabar com a dependência em relação às "instâncias superiores".

(Novosti)